

## A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCIPLINA LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Eugênia Antony Afonso

Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa/PUC-SP

### RESUMO

O aprendizado escolar - com tempo, gradação e espaço de ensino - existente na atualidade aconteceu a partir do século XVI, quando começaram a surgir as escolas e o saber institucionalizado. A partir daí, tornou-se necessário um currículo que dividia o saber em áreas do conhecimento (educativas e formadoras) e em disciplinas (conteúdos). Todavia, o surgimento da disciplina língua portuguesa ainda estava distante, já que não era vista como um bem cultural ou mesmo com assuntos que pudessem torná-la parte desse currículo. Com o passar do tempo, a história da educação brasileira foi-se modificando. De colônia de Portugal a país independente, o Brasil ainda sofre com problemas de ordem socioeconômica e busca, em termos de educação, cobrir algumas lacunas deixadas no decorrer do tempo. É sobre essa história que se busca evidenciar, percorrendo o passado e delineando o modo como a língua portuguesa foi introduzida no currículo das escolas.

**Palavras-chave:** Educação. Língua Portuguesa. Currículo escolar.

### INTRODUÇÃO

A construção da história acerca da sistematização dos estudos no Brasil é complexa, pois em muitos momentos percebe-se, por parte do colonizador, a tentativa de apagamento da cultura basilar, o que retardou o desenvolvimento linguístico e intelectual do povo. Este artigo traz como questão fundamental a inclusão da língua portuguesa no currículo escolar brasileiro, traçando um estudo diacrônico desde a educação colonial até a república. Do ensino jesuítico, pautado no documento *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus, e acompanhado *in loco* por Pe. Manoel da Nóbrega, parte-se com as reflexões, perpassando o sistema de Marquês de Pombal e a fase crítica por que passou a educação brasileira, até meados do século XX, quando, de fato, a aula de português foi introduzida no plano de conteúdos.

### A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Para se entender a educação brasileira, deve-se remeter ao ano de 1548 quando D. João III regulamentou, após o período das capitanias hereditárias, o novo sistema político: o Governo Geral. Tomé de Souza foi o primeiro a exercer o cargo maior desse sistema e, com

ele, vieram ao Brasil soldados, degredados, artífices e alguns jesuítas chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega<sup>1</sup>.

Os jesuítas possuíam a missão de propagar a fé e difundir o evangelho. Possuíam um espírito solidário e, instruídos por Manoel da Nóbrega, iniciaram seus projetos educativos no Brasil integrando-se aos nativos e os catequizando.

### **Fases da educação colonial brasileira**

A educação no Brasil se dividiu em fases distintas, destacadas a seguir:

Período heroico – 1ª fase (1549 a 1570) – Deu-se desde a chegada do Pe. Manoel da Nóbrega até o ano de sua morte. Marcado pelas ideias pedagógicas do plano de instrução de Nóbrega mais tarde sendo substituídas pelos planos de estudos da Companhia de Jesus – *Ratio Studiorum* (1576).

*Ratio Studiorum* – 2ª fase (1570 a 1759) – Marcada pela consolidação desse plano de estudos voltado somente para a elite – filhos dos colonos – e adotado por todos os jesuítas em suas missões. Esta fase se estabelece evidenciando os pensamentos de Aristóteles, por seu caráter filosófico e ético, voltado para o homem virtuoso. Daí ser absorvida pela tradição cristã e ter São Tomás de Aquino como um dos representantes. Pode-se, então, ler nas Regras do Provincial, número 1:

*Objetivo dos estudos na Companhia.* – Como um dos ministérios mais importantes da nossa Companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso, tenha o Provincial como dever seu zelar com todo empenho para que aos nossos esforços tão multiformes no campo escolar corresponda plenamente o fruto que exige a graça da nossa vocação.<sup>2</sup>

Período Pombalino – 3ª fase (1759 a 1808) – Fase marcada pela eliminação do método jesuítico de ensino e pela introdução das “aulas régias”. O ideal libertário na educação contrapôs-se ao religioso e algumas ideias são sugeridas, como: a responsabilidade do Estado sobre a Educação; ensino elementar obrigatório e gratuito; ensino não mais voltado apenas às

---

<sup>1</sup> Nascido em 1517, Pe. Manoel da Nóbrega formou-se nas universidades de Salamanca (Espanha) e Coimbra (Portugal), bacharelando-se em filosofia e direito canônico. Entrou para a Companhia de Jesus em 1544, iniciando suas pregações e logo sendo convidado por D. João III para embarcar na armada de Tomé de Souza.

<sup>2</sup> Fonte: HISTEDBR (Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”). [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/1\\_Jesuítico/ratio%20studiorum.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_Jesuítico/ratio%20studiorum.htm). Acesso: 13/11/2011, às 23:14. Conteúdo digitado da obra *O método pedagógico dos jesuítas*, do Pe. Leonel Franca, S. J. Edição única. Ed. Agir, Rio, 1952, p. 119-230 e Bibliografia.

ciências humanas; nacionalismo em vez de universalismo jesuítico, etc. No entanto, percebeu-se que muito do que foi sugerido não poderia vigorar, devido à fragilidade do momento vivido por Portugal, ficando, pois, evidente a insuficiência de mestres com formação adequada e que pudessem garantir os estudos do povo da colônia, e a escassez de recursos literários para financiarem as “aulas régias”.

Período Joanino – 4ª fase (1808 – 1822) – Destaca-se pela chegada do príncipe regente D. João ao Brasil e a abertura dos portos às “nações amigas”. D. Maria I, como rainha de Portugal, cria um ambiente cultural contrário à política de Pombal, continuando com um período conturbado na educação e sem avanços. Continuam as aulas régias. Durante este período, a poucos passos da independência, morre D. Maria I, sendo o seu filho D. João nomeado o novo rei e passando a ser chamado D. João VI. Foi em seu governo que o Brasil deixou de ser colônia e elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. Acontece, então, em 1822, a independência.

### **A educação jesuítica e o saber sistematizado**

Segundo Carvalho (1988)<sup>3</sup>, a educação jesuítica no Brasil ultrapassou os limites do ordinário, pois, diante dos nossos primeiros habitantes, mostrou-se etnocida (apagando a cultura indígena e impondo a portuguesa), genocida (transmitindo doenças de branco a esses índios) e elitista (impondo a cultura branca sobre a local). Era um sistema voltado para as letras, artes e religião.

Chegando ao Brasil, os jesuítas não fizeram diferente dos outros lugares. Logo instituíram espaços de ensino para propagarem seus ensinamentos. Voltaram-se para o método pedagógico parisiense<sup>4</sup>, seguindo a formação que os padres tinham no Colégio de Santa Bárbara e na Universidade de Paris. As características desse método configuraram a base da escola que se conhece na atualidade: divisão de alunos em salas, exercícios realizados no tempo de aula, incentivo ao trabalho escolar e familiaridade com as letras.

O ensino dos jesuítas iniciava-se a partir da juventude, visto que as crianças menores e de famílias abastadas, a encargo de seus pais, eram assistidas por um preceptor ou um familiar letrado, que lhes ensinava as primeiras letras.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Augusto. **Por uma política do ensino da língua**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

<sup>4</sup> Chamado de *modus parisiensis*, esse método não foi criado em Paris, mas sim já existia na Grécia antiga, nas aulas de retórica, quando o Estado passou a oferecer uma educação pública e obrigatória. As crianças eram divididas em grupos de acordo com a idade.

Manoel da Nóbrega trazia para si a responsabilidade de educar e seu plano era ensinar o português, a doutrina cristã, a escola de ler e escrever, e, como opcional, o canto orfeônico e a música instrumental. A partir daí, aquele que quisesse se tornar padre, concluía com o aprendizado profissional e agrícola ou com a gramática latina, e então, partia para estudos na Europa. Porém, tudo isso aconteceu de forma muito frágil, sendo logo substituído pelo plano da Companhia de Jesus<sup>5</sup> denominado *Ratio Studiorum*.

O ensino proveniente do documento *Ratio Studiorum* era elitista destinando-se aos filhos dos colonos. Seu plano de estudos dividia-se em: estudos inferiores e estudos superiores. O primeiro abrangia as cinco classes ou disciplinas: retórica, humanidades, gramática superior, gramática média e gramática inferior. O segundo prosseguia com os cursos de filosofia (em 3 anos) e teologia (em 4 anos). Os objetivos eram os seguintes: Retórica – visando à persuasão; Humanidades/dialética – visando à arte do discurso; Gramática – visando à clareza e precisão da expressão.

Com o tempo, o grego uniu-se ao latim, porém, este último prevalecia por ser a língua dos documentos clássicos literários e científicos. A língua latina era tão importante que em vários países, a língua materna foi posta em segundo lugar e em outros, havia punição para quem não a utilizasse. Eram as influências do resgate da cultura clássica, concepções do renascimento, que traziam para as aulas de gramática, o latim, o qual promovia, também, a universalização cultural. Desde a conversa mais simples até os documentos mais importantes, era obrigatório o seu uso.

Os jesuítas ainda não se preocupavam em fazer os índios aprenderem a língua portuguesa. O principal objetivo era a catequização, a conversão daquele povo. Da língua geral originavam-se muitos nomes da flora, fauna, acidentes geográficos etc. Com ela também se escreviam peças dramáticas para a catequese. A língua portuguesa só era permitida em alguns poucos momentos.

Nóbrega possuía um espírito progressista e visava a implementar seu plano de estudos nos colégios litorâneos e futuramente, criar as escolas femininas. Sua grande estratégia foi trazer vários meninos órfãos de Lisboa, com o intuito de atrair os meninos índios para a catequização. Surge aí o Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia e o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente.

---

<sup>5</sup> A Companhia de Jesus, cujo fundador foi Santo Inácio de Loyola e cuja oficialização foi dada pela Igreja em 1540, atuava em três segmentos: defesa e promoção da fé cristã, propagação da fé nos territórios coloniais e educação da juventude. A atividade pedagógica se efetivou como principal e por serem seus colégios gratuitos, sua expansão foi favorecida.

Seu pragmatismo educacional permite observar suas ideias em aspectos como: a filosofia da educação (voltada para a funcionalidade das ideias educacionais), a teoria da educação (incluindo os recursos materiais e a metodologia) e a prática pedagógica (enquanto prática efetiva do processo ensino-aprendizagem).

Os jesuítas chegaram com uma missão importante no processo de colonização, a de catequizar os gentios, entretanto o tempo lhes proporcionou um desvio levando-os para os rumos da educação humanística.

Para estabelecer a educação brasileira, Nóbrega tentava obter colaboração financeira da Coroa alegando ser baixo o custo para erigir os colégios. Seu colégio da colônia foi o referencial para os outros que seriam fundados na costa brasileira.

A primeira escola elementar jesuítica foi a de Salvador, na Bahia, em 1549 e tinha como professor Vicente Rodrigues<sup>6</sup>, cuja instrução não abrangia o latim, mas era suficiente para o ensino da doutrina cristã aos meninos. A partir daí, outras escolas foram fundadas em Pernambuco, no Espírito Santo, em São Vicente, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Essa educação sistematizada levou a escola a emergir como uma esfera social, um local em que se difundiam saberes. Isso foi, conforme Soares (2004), a diferença basilar entre o aprendizado corporativo medieval e o aprendizado escolar ocidental.

Segundo Paiva (2004, p. 81):

A escola foi criada para ensinar. Ensinar era próprio da Igreja: vivo, autêntico e perene magistério instituído por Jesus Cristo, se fazendo prática cotidiana do clero.[...] Se as letras foram o modo de conservação da tradição e, nestes termos, de manutenção da cultura, seu cultivo se fez, ao natural, no seio do clero. Este cuidava da transmissão dos seus fundamentos, de modo que se preservasse o magistério, atendendo aos interesses da sociedade.[...] O colégio foi certamente outro caminho, não um caminho paralelo, mas expressão instrumental da pregação e conservação da fé. Colégio e fé se imbricavam, não alterando a compreensão que, desde a Idade Média se tinha dos estudos. O que estava alterado – e a isto os estudos vinham atender – era a realidade social em que a fé se exercitava. Era natural, pois que o rei buscasse junto ao clero os meios de realização do ensino das letras, nos termos das novas exigências sociais. (PAIVA, 2004, p. 81)

Torna-se importante ressaltar, que tudo isso se concretizava a partir de um clérigo letrado, visto que a cultura era muito valorizada pelos jesuítas.

---

<sup>6</sup> Vicente Rodrigues foi considerado o primeiro mestre-escola por alguns historiadores.

É mister observar, também, que os moldes educacionais eram europeus, e somente quem tinha acesso ao saber era a elite colonial. Aos índios cabia somente a catequese.

O primeiro jesuíta a comunicar-se com os índios em tupi foi Aspilcueta Navarro, mas foi José de Anchieta, que com apenas 19 anos, organizou a primeira gramática tupi e se deu por conta de uma enorme variedade de línguas indígenas.

No Brasil colonial, três línguas eram visíveis: o português, do colonizador; a língua geral, união de várias línguas indígenas, muitas advindas de um mesmo tronco, o tupi; e o latim, no qual se baseava todo o ensino jesuítico. Na catequização, prevalecia a língua geral.

Pode-se dizer que, como havia um grande interesse em dominar os indígenas, um ponto favorável seria o aprendizado, pelos jesuítas, da língua tupi, visando à sistematização e o controle do discurso para a conversão e maior influência. Da mesma forma, a catequese além de convertê-los ao catolicismo – seguindo os objetivos da Contrarreforma – torná-los-ia dóceis, facilitando o trato e aproveitando-os como mão de obra.

### **A expulsão dos jesuítas e a política pombalina**

Do século XVI ao XVIII, nota-se a presença marcante dos jesuítas no domínio do povo indígena. E tudo parecia seguir um rumo normal, conforme o clero colonizador previa. Os jesuítas tanto dominavam pela religião como também pela educação, ou seja, as duas grandes instituições da sociedade daquela época estavam sob aquele domínio. O ensino era predominantemente voltado para a alfabetização até a etapa secundária, e mais direcionado para a agricultura – o que era de extremo interesse dos colonizadores, daí as questões não muito romanescas de que os jesuítas não visavam somente à conversão dos índios, mas de uma forma “branca”, utilizava sim dos seus serviços em benefício próprio.

Embora sob forte influência das ideias tradicionais que circundavam a colônia, muitos brasileiros, a fim de seguir carreira nas profissões liberais, tinham que buscar no exterior – Universidade de Coimbra ou de Montpellier, para estudos da ciência jurídica ou medicina, respectivamente – vislumbrando novos horizontes em uma civilização mais avançada.

Em meio a grandes desajustes econômicos que se prolongavam do século XVII ao século XVIII, envolvendo Portugal e Inglaterra, Marquês de Pombal, já instituído do cargo de primeiro ministro pelo Rei de Portugal, D.José I, buscava contornar o golpe do país britânico e seus efeitos devastadores à economia portuguesa, adotando várias medidas e reformas urgentes. Dentre elas, pode-se citar a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, ambas dotadas do direito de monopolizar,

por vinte anos, o comércio e a navegação. Isso gerou o estímulo à produção de diversas matérias-primas, como o algodão, o arroz, o cacau, a cana-de-açúcar e o tabaco.

Com todas essas medidas e a determinação de Pombal em fortalecer o poderio do Estado, foi iminente o abalo com uma parte da nobreza lusitana e com a Companhia de Jesus. Observou-se, então, que desde os tempos do Pe. Manoel da Nóbrega, com a contribuição da arrecadação dos impostos enviada pela coroa, somada a doação de terras e a produção agrária das missões, o poder econômico dos jesuítas só havia aumentado. Eles organizaram um império composto por vinte e cinco residências, dezessete colégios, além de seminários e escolas de ler e escrever (FÁVERO, 2009).

Assim, Pombal expulsou os jesuítas em meados do século XVIII, criando uma lacuna na história educacional brasileira. Não se podem discutir os métodos educativos e sistematizados dos jesuítas e sim dizer que, o que verdadeiramente incomodou Pombal, foi o fato de que Portugal passava por desafios econômicos enquanto que seus enviados ao Brasil, em contrapartida, criavam um verdadeiro poderio.

Após quase dois séculos de domínio, restava a Pombal reorganizar os estudos da colônia, que ficou abandonado por um tempo. Com o término das missões, os índios também ficaram à mercê do destino.

Nesse ínterim, houve, em 1758, a aprovação por D. José de um documento o qual ordenava o ensino de língua portuguesa. Esse documento foi lavrado pelo governador do Maranhão, irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e era denominado, *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*. Destaca-se:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da

chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.<sup>7</sup>

Com esse documento, então, fica a Língua Portuguesa consolidada como Língua do Império, sendo proibidas tanto as línguas gerais quanto as indígenas. Determinou-se, ainda, que em cada povoação duas escolas houvesse: uma para meninos – a qual os ensinasse a ler, a contar e a doutrina cristã – e outra para meninas – ensinando-as a ler, fiar, fazer renda, costurar e doutrina cristã.

A imposição desse Diretório a toda a colônia foi bem conturbado. A pedido da corte, os jesuítas haviam se comprometido em abrir escolas públicas a fim de que pudesse se ensinar a língua portuguesa, mas isso não aconteceu, e em 1757, Lisboa deu a ordem de reforma, ficando o ensino elementar, submetido aos governadores.

Em 1759, inicia-se a grande Reforma dos Estudos, dividindo-se em duas fases.

A primeira fase foi a imposição do Alvará Régio de 28 de junho 1759, caracterizado pela Reforma dos Estudos Menores (correspondente ao ensino primário e secundário) em que ficou estabelecido o fim das escolas jesuíticas, o fim do curso dos estudos das primeiras letras e das cadeiras de humanidades suplantados pelas “aulas régias”<sup>8</sup>, estabelecendo-se em caráter independente na colônia. Eram aulas “de primeiras letras”, “de latim”, “de grego”, “de filosofia”, que não se articulavam. Os professores as ministravam, inclusive, em suas casas, e esperavam do governo o pagamento. Estando este passando por dificuldades, foi destinado às famílias o fazerem, causando outros transtornos pelo fato de todos estarem acostumados com o ensino gratuito dos jesuítas e não quererem se submeter às novas exigências. Além do mais, a formação dos mestres era precária e os materiais recebidos não supriam as reais necessidades. No Brasil, ficou evidente a falha na formação dos professores, os salários reduzidos e o atraso dos ordenados.

Essa reforma decorrente do Alvará de 1759 privilegiou os estudos das humanidades, cujo método desenvolvido pelos jesuítas foi criticado energicamente pela Coroa, a qual o acusava de ser fatigante e não abordar claramente as noções de latim e grego, necessárias para a fala e escrita em determinados momentos.

Saviani (2008, p. 83) expõe algumas disposições do documento, como a relativa ao diretor de estudos:

---

<sup>7</sup> Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. Disponível em: [http://www.nacaomestica.org/diretorio\\_dos\\_indios.htm](http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm). Acesso em: 15 de novembro de 2011.

<sup>8</sup> Essa nomeação significava “aulas que pertenciam ao Estado” e não a Igreja. Régio refere-se a monarca.



1. Disposições relativas ao diretor de estudos: o Alvará criou a figura do diretor de estudos, com as atribuições de supervisionar o ensino e apresentar relatório anual sobre o estado em que se encontram os estudos visando a evitar os abusos e sugerir os meios “mais convenientes para o adiantamento das escolas”; advertir e corrigir os professores que não cumprirem com suas obrigações dando ciência dos que não se emendarem à sua Majestade para castigá-los com a privação do emprego e outras penalidades; diante das discórdias provenientes da contrariedade de opiniões dos professores, caberá ao diretor “extirpar as controvérsias” e “fazer que entre eles haja uma perfeita paz e uma constante uniformidade de doutrina” em benefício da profissão e do aproveitamento dos alunos. (SAVIANI, 2008, p. 83)

No Brasil, somente em 1760 é que houve concurso para a admissão de professores régios e em 1765 ainda não haviam sido nomeados. Somente em 1774 é que se deu o início oficial das Aulas Régias, através das Aulas de Filosofia Racional e Moral, ministradas pelo professor régio Francisco Rodrigues Xavier Prates<sup>9</sup>.

A segunda fase, caracterizada pela Reforma dos Estudos Maiores na lei de 6 de novembro de 1772, reformularam-se os estudos da Universidade de Coimbra. Nesse mesmo ano acontece a reforma das Universidades.

Foi um período muito conturbado, mas que fez emergir intelectuais importantes para a história do Brasil, os quais fundaram instituições e escolas como José Joaquim de Azeredo Coutinho<sup>10</sup>, fundador do Seminário de Olinda em 1800.

Para a reforma da Universidade de Coimbra, foi instituída a “Junta de Providência Literária”, a qual ficou encarregada de redigir os novos estatutos. Destacaram-se, neste momento, os brasileiros Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho e João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Os trabalhos da Junta duraram, aproximadamente, um ano, e se basearam nas propostas de Luís Antonio Verney – *Verdadeiro método de estudar*<sup>11</sup> – e de Antonio Nunes Ribeiro Sanches – *Cartas sobre a educação na mocidade e Método para aprender a estudar a medicina*.

---

<sup>9</sup> CARDOSO, Tereza Fachada Levy. **As Aulas Régias no Brasil**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol I: Séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

<sup>10</sup> Sacerdote católico e escritor brasileiro – Bispo de Olinda entre 1779 e 1802, e foi nomeado inquisidor geral do Reino por D. João VI em 1818.

<sup>11</sup> Essa obra foi editada em 2 volumes, constando de 16 cartas. Em seguida, por outra editora a organizou em 5 volumes. O 1º foi denominado “Estudos linguísticos”, com 4 cartas; o 2º, “Estudos Literários”, com 3 cartas; o 3º, “Estudos Filosóficos”, com mais 4 cartas; o 4º, “Estudos médicos, jurídicos e teológicos”, com 3 cartas; e o 5º, “Estudos canônicos, regulamentação – sinopse”, com as últimas 2 cartas.

A obra de Verney seguia três elementos básicos: “1. Introdução ao tema, onde se faz a análise e crítica da situação em que se encontram os estudos; 2. Análise do tema tratado, levando em conta, quando pertinente, o desenvolvimento dos estudos em Portugal; 3. Apresentação de um plano de estudos consentâneo com o espírito moderno.” (SAVIANI, 2008, p. 100). Já a primeira obra de Sanches, *Cartas sobre a educação na mocidade*, apresentava pensamentos de acordo com o de Pombal, uma doutrina política representativa, tornando-se, inclusive, orientação para quem o queria seguir.

Segundo Fávero (2009, p. 19), a obra de Verney seria a base para o aprendizado da língua e essa reforma, no Brasil, foi muito conturbada porque Portugal não conseguiu unir “suas decisões com os meios de pô-las em prática”.

Como conclusão dessas reformas, pode-se evidenciar que as dificuldades enfrentadas por Pombal foram inúmeras: colégios dispersos e sem uniformidade no ensino, má formação dos mestres e o mau pagamento destes, centralização do poder no reino – dificultando e tornando morosa a tomada de decisões – dentre outros.

Com a morte de D. José I em 1777, assumiu sua filha D. Maria I. Pombal foi demitido após terem sido evidenciados os vários abusos que cometeu, o que lhe rendeu antipatia e muitos inimigos. Foi julgado e condenado em 1781 à pena de desterro, não podendo passar a menos de 110 quilômetros da corte.

## **A EDUCAÇÃO NO IMPÉRIO**

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, que passa a ser a sede do governo português, alguns cursos foram implementados tanto profissionalizantes em nível médio como em nível superior, e militares.

Alguns acontecimentos também marcaram esta época: a abertura dos portos às “nações amigas” (jan/1808); o nascimento da Imprensa Régia<sup>12</sup> (jan/1808); a criação do Jardim Botânico (jun/1808); Cursos de cirurgia no Rio de Janeiro e na Bahia (1808); a biblioteca, futura Biblioteca Nacional (1810), a Academia Real Militar (1810) e o Museu Real, depois Museu Nacional (1818).

As aulas avulsas ainda subsistiam em decorrência daqueles que não possuíam condições de pagar pelo ensino do governo, até porque esse ainda se voltava para a elite. Eram muitas as

---

<sup>12</sup> Nesta época, muitas publicações eram proibidas, mas sob proteção oficial surgem a *Gazeta do Rio de Janeiro* (RJ-1808) e *A idade de ouro no Brasil* (BA-1811).

disciplinas providas pelos professores, mas que com o tempo foram diminuindo até sua extinção em 1857.

Neste momento, dava-se valor ao ensino secundário e superior, em busca da formação de uma elite.

D. João VI, após D. Maria I ter sido declarada insana, assume a corte portuguesa em 1816. Foi ele quem determinou as primeiras medidas referentes à educação, criando escolas de nível superior a fim de formar, principalmente, oficiais do exército e da marinha, para a defesa da colônia, além de engenheiros militares e médicos.

Mas foi o Ato Adicional de 1834 que se constituiu como um grande problema. Advindo da vitória das tendências descentralizadoras do poder, através do artigo 10, §2, deixou claro que competia à Assembleia legislar,

§ 2º: Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral.<sup>13</sup>

Segundo Azevedo (1963), a unidade política da nação depende da comunhão de ideias e sentimentos trazidos pela educação primária, e que é através do ensino secundário que essa base se enriquece com civilidade e moral, alicerçando o futuro no ensino superior. Isso fez com que durante anos continuasse a disparidade entre as camadas inferiores e a elite dominante do país. E ele assim concluiu:

A profissionalização do ensino superior, inaugurada por D. João VI, e a fragmentação do ensino consagrada pelo Ato Adicional, deviam marcar tão profundamente, através de mais de um século, a fisionomia característica de nossa educação institucional que se teriam de malograr todas as tentativas para alterar o curso de sua evolução. (AZEVEDO, 1963, p. 567)

As disciplinas feitas ainda sob o regime das aulas régias não possuíam vínculo nenhum. Pode-se dizer que eram os parâmetros do ensino superior que determinavam a escolha das disciplinas do ensino secundário.

Vários percalços ainda eram evidentes, como a falta de recursos para a construção de escolas e para a preparação ou remuneração dos professores. Estes, por sua vez, eram

---

<sup>13</sup> Biblioteca virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Educa%C3%A7%C3%A3o-no-Imp%C3%A9rio/ato-adicional-de-12-de-agosto-de-1834.html>. Acesso em: 16 de novembro de 2011.

improvisados e com poucas competências para o cargo e, mais ainda, por receberem pouco, eram obrigados a trabalhar em outras atividades.

Ainda por meio do Ato Adicional de 1834, foram criados os liceus provinciais, os quais comportavam, em um único prédio, as aulas avulsas. Surgiram, o Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1835, o Liceu da Bahia e o da Paraíba em 1836.

Em 1837, foi fundado o Colégio de Pedro II, surgido da transformação do antigo seminário de S. Joaquim, que se constituía no Rio de Janeiro sob o nome de S. Pedro, em 1739. Esse foi o único colégio que permaneceu sob a jurisdição da coroa.

De acordo com Peres (2005, p.10)<sup>14</sup>:

O governo central propunha o Colégio de Pedro II como estabelecimento-modelo dos estudos secundários, tendo em vista nortear a iniciativa provincial que, pelo Ato Adicional de 1834, ficara com a mais completa autonomia administrativa e didática no campo do ensino primário e médio. Todavia, a nota dominante do ensino secundário brasileiro no Império seria, certamente, seu caráter fragmentário e inarticulado. (PERES, 2005, p.10)

Quase um século após a expulsão dos jesuítas, importantes colégios, inclusive católicos, são fundados: o Ateneu do Rio Grande do Norte (1836), Liceu Provincial da Bahia (1836), Colégio Caraça em Minas Gerais (1820). Esses já apresentavam uma determinada organização há muito esperada. Outros liceus foram fundados, mas não conseguiram permanecer, dentre os quais se podem destacar: o Liceu de Taubaté e o Liceu de Curitiba, em São Paulo; o Ateneu Cearense, o Liceu do Maranhão e o Colégio Paraense.

Conforme esclarece Aranha (1996a, p. 154):

Os colégios leigos da época são os mais progressistas e renovadores. Acrescentando-se a estes os já referidos colégios religiosos, percebe-se que a grande massa de alunos se dirige às escolas particulares. Além disso, os poucos liceus provinciais fundados pela iniciativa pública enfrentam dificuldades diversas, decorrentes da falta de organização e de recursos, professores mal-habilitados e até de insuficiente número de alunos, o que leva muitos a fecharem as portas. (ARANHA, 1996a, p. 154)

No ensino elementar, a situação é ainda bem pior. Segue-se ainda o modelo agrário e a educação ainda não é vista como prioritária. Ainda sob efeito do Ato Adicional de 1834, esse ensino foi descentralizado, restando às províncias decidirem como agir. Dessa forma, as

---

<sup>14</sup> PERES, Tirsia Regazzinni. *Educação Brasileira no Império*. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/105/3/01d06t03.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2011.

crianças continuavam sendo educadas por preceptores, realçando que, nesse caso, apenas os mais abastados. Para o restante da população, restavam as poucas escolas elementares de ler e escrever e contar. De acordo com Ferraro (2004)<sup>15</sup>, o índice de analfabetismo no fim do império era de 82,6%.

## **A EDUCAÇÃO NO SÉCULO XX**

A educação no início do século XX se caracterizou pelas ideias liberais, por meio das quais se evidenciava ser a escolarização o principal meio de participação política. Por isso, se reafirmaram as propostas da escola pública leiga, gratuita e obrigatória.

A expansão da indústria e do comércio fez com que houvesse melhor integração entre os graus de escolaridade. Aumentaram, então, as oportunidades de estudo.

Em alguns países, o número de empregos passa a ser menor que o de diplomados e, em decorrência disso, os salários tenderam a baixar.

Segundo Aranha (1996b), a educação continuava sendo vista sob um ideal de mobilidade social e de sucesso, e através dessa visão democratizada de educação, surgiu o ideário da Escola Nova<sup>16</sup>.

### **A inclusão da disciplina Português no currículo escolar**

Para que se pudesse refletir melhor sobre a institucionalização da disciplina língua portuguesa no currículo escolar, considerou-se necessário retroceder ao tempo da educação colonial para que se encontrasse um porquê para essa inclusão tão morosa.

Foi observado que o Brasil passou por diversas etapas que nitidamente apresentavam situações de descontrole total do governo sobre a educação, ou sobre aqueles que estavam à frente desse setor.

Desde o tempo em que a escola foi criada como um espaço de ensino, a partir da qual se difundia o saber (séc. XVI), houve a necessidade de se sistematizar o tempo e também de se dividirem os frequentadores consoante à faixa etária. Os conteúdos também tiveram que ser agrupados e organizados gradativamente.

---

<sup>15</sup> FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10086/9311> Acesso em: 18 de novembro de 2011.

<sup>16</sup> Na proposta da Escola Nova, o aluno é o centro do processo e o professor, um facilitador da aprendizagem. Surge no final do século XIX propondo dar mais ênfase ao processo do que ao produto, ou seja, “representa o esforço de superação da pedagogia da essência pela pedagogia da existência” (ARANHA, 2002, p.167). É um ideal representante da pedagogia liberal.

O primeiro regulamento de Colégio foi institucionalizado em 1838 e definiam o termo aula nos Planos de Estudos do Império. “Cada aula era composta por várias cadeiras, termo que corresponderia hoje à disciplina escolar. O termo aula teve então um sentido plural, formado por um conjunto de estudos que eram desenvolvidos em um determinado tempo, por diferentes professores que ensinavam as matérias de suas cadeiras respectivas” (GASPARELLO, 2004, p. 64).

A introdução da disciplina português no currículo escolar é recente, levando em consideração o tempo em que o Brasil foi colonizado e também, o tempo em que a língua portuguesa foi oficializada. Ocorre no fim do Império, século XIX.

Sabe-se que no Brasil colonial três línguas existiam – o português, a língua geral e o latim – embora a língua utilizada com fins de evangelização era a língua geral, utilizada também pelos jesuítas e a qual foi sistematizada por Anchieta, sendo mais tarde alvo de críticas por Pombal que afirmava ser imprescindível que o colonizado tivesse acesso à língua do Príncipe.

O português era, nessa época, apenas um instrumento para alfabetização, já que era o latim utilizado para os estudos clássicos.

No plano de estudos de Pombal, não havia espaço para o ensino do português, como foi visto e em nenhum momento isso foi discutido, tal era a inoperância da língua portuguesa no cenário mundial, social e muito menos como bem cultural. Após as decisões tomadas ainda por Pombal, que instituíram o uso obrigatório da língua portuguesa, no século XVIII, é que se começou a observar uma tímida mudança.

A publicação da obra de Verney, *O Verdadeiro Método de Estudar*, foi o estopim para a mudança, já que acentuava ter de ser o ensino de língua portuguesa a base para o ensino de latim, ou seja, para se aprender a gramática do segundo, deveria se ter noção clara do primeiro. Ao lado da gramática do português e do latim, a retórica coexistia.

É importante ressaltar o *status* de disciplina elementar, pois apesar de ser inclusa no currículo escolar, era ainda ínfima a sua participação, visto que era dada ao latim maior importância. Possuía, assim, apenas um caráter instrumental.

Somente quando o latim foi deixando de ser parte imprescindível do ensino é que a disciplina Português foi ganhando espaço. Com o advento da Imprensa Régia no Império e com a publicação de diversas obras de gramática no Brasil, ela foi se constituindo como área do conhecimento.

A retórica permanecia no programa, mas com base também em autores brasileiros e voltada para a prática social. Com o tempo, focando-se na arte literária, a poética também se despreendeu da retórica, ambas se constituindo como destaque nos livros didáticos.

Foi, então, no Colégio de Pedro II, em 1837, que a disciplina Português, à guisa das disciplinas retórica e poética, foi incluída no currículo. Muitos professores se consagraram com seus manuais de retórica e gramática, dentre os quais podem ser citados: Júlio Ribeiro – Gramática Portuguesa, 1881; João Ribeiro – Gramática Portuguesa em 3 volumes: curso elementar, médio e superior; Fernandes Pinheiro – Postilas de retórica e poética ditadas aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II pelo respectivo professor, 1877; Franklin Dória – Tese para o concurso da cadeira de retórica, poética e literatura nacional do externato do Colégio Pedro II, 1878.

Enfim, no ano de 1871, por meio do cargo de professor de português criado por decreto imperial, é que muitos apontam o marco inicial do ensino oficial da língua vernácula<sup>17</sup>. Ainda assim, a disciplina não era a que conhecemos atualmente, pois subsistia, praticamente, sob a tradição da gramática, da retórica e da poética, e, além do mais, quem ainda frequentava os bancos escolares eram os “filhos” da elite, que a estudavam, também, como base para analisar textos literários consagrados.

Nesse momento, essas duas disciplinas foram adquirindo novos focos, uma vez que a oratória deixava de ser exigência social, dando lugar à boa escrita. Evidentes na escola nessa época eram as gramáticas e as seletas, o que ilustrava o caráter valorativo e pragmático da escrita.

Outras gramáticas foram produzidas neste tempo e com bastante influência: Gramáticas expositivas (uma elementar e outra para ensino superior), de Eduardo Carlos Pereira (1907); O idioma nacional - Gramática para o Ginásio e O idioma nacional – Gramática para o Colégio, de Antenor Nascentes (1944); Gramática normativa da língua portuguesa, de Francisco da Silveira Bueno (1944); Português Prático<sup>18</sup>, de José Marques da Cruz (década de 40) e Gramática metódica da língua portuguesa, de Napoleão Mendes de Almeida<sup>19</sup>.

Uma curiosidade naquele momento era o caráter monológico do professor: os livros se limitavam à apresentação de trechos de autores consagrados da literatura universal, o que dava ao mestre única voz durante a aula e, a partir dele, serem sugeridos os exercícios para os alunos. Também, não havia cursos de preparação para professores, sendo, estes, formados, em

<sup>17</sup> Pfromm Neto *et al* (1974 citado por BAGNO, 2004)

<sup>18</sup> Em 1955, essa gramática tinha 166.000 exemplares impressos. (BAGNO, 2004)

<sup>19</sup> Com 90.000 exemplares impressos até a década de 60. (BAGNO, 2004)

sua maioria, em Filosofia. Eram, além disso, grandes estudiosos do idioma nacional, o que lhes conferia autoridade no assunto.

Mas foi, realmente, durante a década de 50 que as modificações, de fato, ocorreram, advindas de um cenário mundial em que as escolas vão necessitando se adequar aos novos padrões sociais vigentes. Essa instituição sofre modificações no que se refere a currículo escolar, disciplinas e, principalmente, em seu caráter institucional. É nesse tempo que o acesso à escola torna-se maior, pelo processo de democratização do saber, não sendo mais somente a elite a frequentar os seus bancos, mas e principalmente, os filhos da burguesia e da classe trabalhadora.

É então que a história se repete: como consequência da multiplicação do alunado, há a necessidade de recrutamento de professores, o que, justamente semelhante ao período de Pombal, é feito sem muitos processos e sem muitas exigências. Adentram nas escolas, então, os recém-formados em filosofia, pedagogia e didática. E, nesse conturbado cenário, iniciam-se, mais profundamente, os estudos sobre a língua e da língua, constituindo o ensino de português, de fato, numa disciplina com conteúdo articulado. É, portanto, nos anos de 1950 e 1960 que se iniciam os estudos de gramática a partir do texto ou do texto com pauta na gramática.

Os professores já não mais são responsáveis por seus compêndios gramaticais. Já não possuem a responsabilidade de formular exercícios, transferindo ao livro didático essa tarefa. Este, por sua vez, trazia em partes distintas a gramática e os textos, que antes constavam em dois manuais. Surgem, então, as indústrias do livro didático, que emergiam extremamente ilustrados e coloridos<sup>20</sup>.

Outro fato que se iniciou nesse momento foi a superioridade da gramática sobre os textos, o que ainda hoje prevalece, infelizmente, nas aulas de português.

Soares (citado por BAGNO, 2004) evidencia que talvez essa vantagem se dê pelo “vazio que o abandono da retórica e da poética deixou, vazio que só recentemente começa a ser preenchido pelas modernas teorias de leitura e de produção de texto” (p. 168).

Em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei no. 5692/71) e das mudanças sofridas e advindas dos objetivos e ideologia do governo militar de 1964, a língua passou a ser vista como instrumento para o desenvolvimento, sendo chamada de “comunicação e expressão”, nas séries iniciais do 1º grau, e “comunicação em língua

---

<sup>20</sup> Osman Lins (citado por BAGNO, 2004) caracterizou os livros didáticos de “Disneylândia pedagógica”, de “delírio iconográfico”.



portuguesa” nas séries finais. Já no 2º grau, ela é chamada de “Língua portuguesa e literatura brasileira”.

A língua é vista, então, como instrumento de comunicação e os objetivos da aula de português voltou-se para a pragmática envolvendo a compreensão de códigos diversos e observando os papéis dos emissores e receptores. Os objetivos deixam de ser de estudo sobre a língua e de estudos da língua e o uso passa a ser o foco.

Outra polêmica recaiu sobre o ensino: o fato de ensinar ou não gramática na escola fundamental. Os textos passaram a não ser escolhidos pela consagração de seu autor, mas por funcionalidade. Surge a visão sobre o que conhecemos hoje como Gêneros Textuais ou do Discurso, mas que eram apenas observados pelo seu caráter prático, portanto escolhidos os textos de jornais, revistas, publicidade, humor, etc. A oralidade passa, também, a ser evidenciada voltando-se para a comunicação cotidiana.

Na década de 80, a disciplina volta a se chamar “português”, obedecendo à medida do Conselho Federal de Educação que não pautava mais o seu ensino na concepção comunicacional da linguagem. Na verdade, os tempos haviam mudado. Com o advento da linguística como ciência, a visão sobre o ensino de língua materna sugeria novos rumos. Iniciaram-se os estudos sobre a sociolinguística dando voz às variações e aos diferentes níveis de linguagem. E então as discussões também sofreram mudanças, não se pautando apenas em gramática e texto, mas voltando-se, principalmente, para uma visão das variedades evidenciando o padrão culto (de maior prestígio social) e os demais, trazidos agora por outra parcela da população que adentrava aos portões escolares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou reconstruir um cenário histórico que pudesse evidenciar o momento em que a língua portuguesa foi considerada como disciplina no currículo escolar, e, principalmente, os problemas que circundaram essa ocorrência e que podem estar, até hoje, gerando distorções no ensino da língua. O contexto da educação no Brasil, visto sob uma perspectiva histórica, traz dados significativos para que se possa compreender o discurso gerado em torno do professor e do ensino de português. O estudo apresentado mostrou que a desvalorização da profissão de educador e certa falta de estabilidade no currículo das escolas são fatores explicáveis historicamente que culminaram num descontentamento acerca do sistema educacional.

A questão de a língua portuguesa ter passado tanto tempo sem distinção cultural faz com que, hoje, tenha-se que lutar contra um preconceito no próprio país – Brasil – devido ao fato de ela ter se construído, também, diferenciando-se da língua de Portugal, por inúmeras contribuições sofridas advindas de diversos povos.

No último século, muitas foram as mudanças, principalmente, regadas pela ciência Linguística, as quais trouxeram muitas reflexões e desenvolvimento acerca do olhar sobre a língua e seus usos, o que tem ocasionado uma transformação no sistema educacional e que, sobretudo, deverá servir para apoiar e respaldar uma visão mais pontual e crítica sobre o ensino de língua materna.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1996a.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1996b.

AZEVEDO, Fernando de. **As origens das instituições escolares**. In: AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. **As aulas régias no Brasil**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol.I: Séculos XVI-XVIII*. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FÁVERO, Leonor Lopes. **O ensino no Brasil sem os jesuítas: a política do Marquês de Pombal**. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua Portuguesa em caleidoscópio*. São Paulo: EDUC, 2004. (Série Eventos)

FÁVERO, Leonor Lopes. **História da disciplina português na escola brasileira**. In: DIADORIM: *Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. n. 6. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2009.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu Editora, 2004.

GHIRARDELLI JR., Paulo. **Educação e Pedagogia na Colônia e no Império**. In: GHIRARDELLI JR., Paulo. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.

PAIVA, José Maria de. **Igreja e Educação no Brasil Colonial**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. I: Séculos XVI-XVIII. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2.ed. rev. e ampl. Campinas/SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

SOARES, Magda. **Português na escola: História de uma disciplina curricular**. In: BAGNO, Marcos (org.). 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. (Humanística)

#### **ABSTRACT**

The formal learning at school, with limited and appropriate time, level, and site existent currently started to happen in the 16<sup>th</sup> century. It is also when schools and institutionalized learning began to appear. From then on it became necessary to create a curriculum which was divided into areas of knowledge (educational and formative areas) and subject matters (content). Nevertheless, the creation of Portuguese Language as a subject matter was far from being a reality, since it was not considered as a cultural deed or even a subject of interest for a curriculum. As time went by, the history of Brazilian education passed through significant changes. From colonial to independent times, Brazil has gone through socio-economical problems and has searched for solutions in educational grounds. It is such history that this piece tries to highlight, drawing a line from the past to the times Portuguese Language was introduced in the school curriculum.

**Key words:** *Education. Portuguese Language. School Curriculum*

Data de envio: 09/04/12

Aprovado para publicação: Maio/2012